

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Ceará - CAU/CE**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/CE é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/CE.

O Conselho está localizado na Rua do Rosário, nº 77, salas 702, 703, 704 e 705, CEP: 60.055-902, Centro, Fortaleza - Ceará.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 2021 - da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/CE procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2023.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2024.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/CE, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/CE segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Equipamentos de informática	5	10%
Equip. de processamento de dados	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Materiais de expediente	10	10%
Móveis e utensílios	10	0%
Sistemas de processamento	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Veículos	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das

atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.12. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente

associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	4.642.584	3.521.681
	<u>4.642.584</u>	<u>3.521.681</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de

primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidade

	2023	2022
Créditos de anuidades do exercício	1.175.758	1.160.214
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	2.047.949	1.983.829
Dívida ativa decorrente de anuidades	923.378	386.254,61
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.311.887)	(1.484.053)
	1.835.198	2.046.246

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2023	2022
A vencer	0	0
Vencidos:	0	0
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	2.971.327	2.370.084
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.311.887)	(1.484.053)
	659.440	886.031

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

Descrição	2023	2022
Adiantamento concedido a pessoal	9.355	26.914
Total	9.355	26.914

Nesse subgrupo encontram-se os títulos adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros bem como os créditos a receber por descentralização da prestação de serviços público, podendo seus valores variarem para menos ou mais dependendo do exercício.

No exercício 2022, o adiantamento de férias concedido em dezembro do ano anterior foi descontado na folha de pagamento de janeiro, dessa forma, o valor foi zerado.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	2023	2022
Prêmios de seguros a apropriar	0	0
Total	0	0

Nesse subgrupo encontram-se os prêmios de seguros a apropriar, podendo seus valores variarem para menos ou mais à medida que há o reconhecimento da despesa. Em 2023 não houve variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente.

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2023
Veículos	27.524,10	-	-	- 24.119,79	3.404,31
Móveis e utensílios	74.508,19	-	-	- 85.525,81	11.017,62
Equipamentos de processamento de dados	187.647,16	64.245,90	-	- 106.889,30	145.003,76
Mobiliário em geral	63.321,00	-	-	-	63.321,00
Equipamentos de informática	-	-	-	- 12.907,68	12.907,68
Máquinas e equipamentos	52.217,20	-	-	- 20.621,26	31.595,94
Utensílios de copa e cozinha	-	-	-	- 1.814,85	1.814,85
Total	405.217,65	64.245,90	-	- 251.878,69	219.399,71

10. Fornecedores a pagar e credores diversos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros fornecedores	-	-
Restos a pagar - CP	9.968	23.361
Honorários advocatícios a pagar	-	8.431
	<u>9.968</u>	<u>31.792</u>

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais - Provisões de curto prazo

O aumento dos valores de provisão trabalhista se deu por conta de reajuste salarial dos funcionários com data base no mês de maio e contratação de assistente administrativo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias e encargos sociais	90.950	114.261
Provisão de INSS sobre férias	19.100	38.759
Provisão de FGTS sobre férias	7.276	14.535
Provisão de PIS sobre férias	910	2.628
	<u>118.236</u>	<u>170.184</u>

12. Demais obrigações a curto prazo

Nas obrigações de curto prazo temos obrigações da folha de pagamento que apresentaram aumento por conta da contratação de novo funcionário e aumento salarial; imposto por serviço tomado e imposto federal retido decorrente de compras de passagens e serviço de telecomunicações. Tais valores correspondem a competência de dezembro de 2022 com data de pagamento para janeiro de 2023.

	Consolidado	
	2023	2022
INSS retido na fonte	411	411
IRRF	2.034	16.701
ISS	0	608
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	630	1.593
Contribuição sindical - anual	100	100
Vale transporte	46	46
Mensalidade sindical	67	12
Plano de saúde - dependente	72	450
	<u>3.360</u>	<u>19.921</u>

13. Patrimônio Líquido

Descrição	2023	2022
Superávit ou Déficit do Exercício	1.717.308	1.942.632
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	5.698.909	3.404.480
Ajustes de Exercícios Anteriores	(827.834)	294.475
Patrimônio Líquido	6.588.383	5.641.586

No ano de 2022 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2023 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/CE, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2023 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação e amortização	32.708	28.457
Pessoal e encargos	1.595.738	1.181.331
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	1.274.236	867.515
Desvalorização e perda de ativos	-	-
Transferências concedidas	380.551	293.252
	<u>3.283.233</u>	<u>2.370.555</u>

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	4.988.061	4.424.037
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(3.270.753)	(2.481.406)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>1.717.308</u>	<u>1.942.632</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	4.369.988	3.681.202
(-) Despesas Empenhadas	(3.198.572)	(2.457.641)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>1.171.416</u>	<u>1.223.561</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo Disponível Apurado	4.642.584	3.521.681
(-) Passivo Financeiro	(142.194)	(262.427)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>4.500.391</u>	<u>3.259.254</u>

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo	1.405,15
		<u>1.405,15</u>

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria.

Fortaleza - CE, 14 de junho de 2024

Emanuely Pinheiro Damasceno Contadora CAU-CE	Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz Presidente do CAU-CE
---	---